

economia

Defesa de projeto de fábrica da CMPC mobiliza empresários e políticos do RS

Impasse coloca em lados opostos órgãos de controle e setor produtivo do Rio Grande do Sul

/ INDÚSTRIA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O projeto bilionário da CMPC no Rio Grande do Sul deixou de ser apenas um processo técnico de licenciamento ambiental para se transformar em um dos principais pontos de tensão política e econômica do Estado em 2026. Em meio ao impasse, o tema passou a mobilizar empresários, governo, órgãos de controle e até pré-candidatos ao Palácio Piratini - todos disputando a narrativa sobre o futuro de um investimento estimado em R\$ 27 bilhões.

A controvérsia gira em torno do chamado Projeto Natureza, cuja licença é conduzida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e questionada pelo Ministério Público Federal (MPF). O órgão recomendou no início de março a suspensão do processo até que sejam ampliadas as consultas a comunidades indígenas potencialmente afetadas, ponto que, desde então, passou a travar o andamento da análise.

No entanto, enquanto o debate técnico avança lentamente, a reação fora dos gabinetes ganhou velocidade. O empresariado gaúcho, em especial, decidiu entrar de vez no tema: mais de 40 entidades já assinaram o manifesto "O RS merece crescer", defendendo o avanço do projeto. Além disso, um grupo ainda maior - reunindo 65 organizações no movimento Porto Alegre+ - divulgou um manifesto na semana passada elevando o tom ao falar em "profunda preocupação" com o risco de interrupção do licenciamento.

A avaliação, compartilhada por diferentes setores, é de que o impasse extrapola o caso específico da CMPC e passa a afetar a percepção do Estado como destino de investimentos. "Eventuais atrasos afastam investidores e impedem a geração de empregos e renda", diz o manifesto.

Representando o movimento, o presidente do Sinduscon-RS, Cláudio Teitelbaum, resume o receio: "Quando um processo desse nível é questionado nessa fase, aumenta o receio do investidor". Segundo ele, o grupo não busca pressionar decisões, mas cobrar



Projeto Natureza é considerado o maior investimento privado da história do Estado, com previsão de R\$ 27 bilhões

previsibilidade. "O que pedimos é celeridade, para que a empresa tenha clareza sobre os riscos."

A mobilização ganhou musculatura também em outras frentes. A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) aderiu ao abaixo-assinado e passou a tratar o empreendimento como um dos mais relevantes em curso no Estado. Já a Federação das Empresas de Logística e Transporte de Cargas no Rio Grande do Sul (Fetransul) destacou, em manifestação, o impacto direto sobre cadeias produtivas, apontando efeitos na movimentação de cargas, na criação de rotas logísticas e na competitividade do Rio Grande do Sul.

No discurso empresarial, dois conceitos se repetem: segurança jurídica e previsibilidade. "Projetos dessa magnitude representam dinamização econômica em diversas regiões", afirma a federação do transporte, ao mesmo tempo em que ressalta a necessidade de respeito aos marcos ambientais.

Do outro lado, o Ministério Público Federal sustenta que as exigências são parte do rito normal de grandes empreendimentos. O procurador-chefe no Estado, Felipe Muller, classificou na última semana, durante o Tá na Mesa, da Federasul, como "corriqueira" a necessidade de ampliar a consulta a comunidades indígenas.

"Para todas as empresas de grande impacto, que de alguma forma vão atingir alguma comunidade indígena, a gente faz esse tipo de exigência", afirmou. Segundo ele, ainda, o MPF realizou ao menos 16 reuniões com a empresa ao longo do processo e segue aberto ao diálogo - "o que não significa atender aos pedidos".

O ponto central do impasse está justamente na metodologia dessas consultas. Ao menos oito aldeias do povo Mbyá Guarani estão na área de influência direta do empreendimento, e o MPF defende que estudos técnicos não substituam a consulta formal prevista na Convenção 169 da OIT.

Entre esses dois polos - o econômico e o jurídico - o governo do Estado tenta equilibrar o discurso. Após reunião com a Funai, em Brasília, também na semana passada, a secretária estadual do Meio Ambiente, Marjorie Kauffmann, afirmou ao Jornal do Comércio que o Executivo saiu "confiante" e que o processo segue baseado em critérios técnicos. "O desenvolvimento e a sustentabilidade não são opostos, precisam avançar juntos", disse.

Alguns dos pré-candidatos ao governo do Estado também entraram no debate. O vice-governador Gabriel Souza, que irá disputar o Piratini em 2026, publicou vídeo nas redes sociais, ontem, afirman-

do que o Rio Grande do Sul "não pode perder" o investimento e criticando o que chamou de "questionamentos que geram incertezas". Segundo ele, o Estado precisa se consolidar como ambiente estável para quem quer empreender.

Na mesma linha, o deputado federal Luciano Zucco, também pré-candidato, articulou um abaixo-assinado ainda no final de março e apresentou moção de repúdio ao cenário de incerteza. Em manifestação nas redes sociais, classificou a possibilidade de perda do projeto como um "crime contra o desenvolvimento econômico".

O processo, enquanto isso, segue travado em uma etapa decisiva. Hoje, o avanço do licenciamento depende diretamente da manifestação da Funai sobre a metodologia a ser adotada. A Fepam tem prazo até 20 de abril para responder ao MPF, enquanto a fundação federal deve se posicionar até 3 de maio.

Considerado o maior investimento privado da história do Estado, o Projeto Natureza inclui uma fábrica de celulose em Barra do Ribeiro, um terminal portuário em Rio Grande, um centro de pesquisa em Guaíba e a ampliação da base florestal. O aporte da CMPC equivale a cerca de 30% de todos os investimentos realizados no Rio Grande do Sul em 2025, segundo o Anuário de Investimentos do JC.

Iniciativa trará crescimento, defende Sinpasul

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

O projeto Natureza da CMPC, que prevê investimentos de R\$ 27 bilhões e a geração de 6 mil empregos, é um projeto que trará crescimento em todas as áreas do Rio Grande do Sul, segundo o presidente do Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Embalagens e Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça do Rio Grande do Sul (Sinpasul), Celso Basso. "A mobilização em favor da proposta no município de Barra do Ribeiro, que recebeu o apoio de 46 sindicatos e da Fiergs, não é um projeto só da empresa ou das entidades sindicais. É um projeto para o Rio Grande do Sul", ressalta Basso, que encabeçou o abaixo-assinado "O RS merece crescer".

Segundo Basso, o projeto é o maior da história do setor privado no Rio Grande do Sul e terá como consequência impactos socioeconômicos positivos, como a geração de renda e empregos na Metade Sul do Estado.

"O que preocupa, e não é porque somos do setor, é a lentidão nos processos de aprovação. O nosso temor é que o investimento migre para outros estados, como ocorreu com outras empresas no passado", destaca. O presidente do Sinpasul ressalta que a proposta beneficiará pequenos produtores e fortalecerá toda a cadeia industrial gaúcha. "O nosso setor e os 45 sindicatos estão unidos para garantir que o Estado não perca essa oportunidade histórica de desenvolvimento econômico", acrescenta.

O presidente do Sinpasul destaca que o setor emprega 11.794 trabalhadores no Estado, o que representa 1,7% da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul - somente empregos formais. O número de estabelecimentos chega a 364 com pelo menos um trabalhador. O dado representa 1,1% do setor industrial gaúcho.

O levantamento do sindicato mostra que o Valor Bruto da Produção Industrial é de R\$ 10,9 bilhões, o que representa 2,5% da Indústria de Transformação gaúcha. O Valor da Transformação Industrial totaliza R\$ 5,2 bilhões, o que significa 3,4% das unidades industriais. A arrecadação de ICMS chega a R\$ 494 milhões, o que representa 2% do total do imposto arrecadado pela indústria de transformação do Estado.